

A “sociologização” da psicanálise em *Dialética do esclarecimento*: sobre Sohn-Rethel e a economia pulsional freudiana

Virginia Helena Ferreira da Costa¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é demonstrar um dos aspectos da chamada “sociologização” da psicanálise feita em *Dialética do esclarecimento*. Trata-se da abstração real na troca de mercadorias teorizada por Sohn-Rethel, considerada aqui como a origem da tecnicidade da racionalidade humana. Tal explicação se sustenta a partir do paralelo encontrado entre a economia da mercadoria e a economia pulsional freudiana, principalmente no que tange à objetificação de seres humanos. Para tanto, iremos também mostrar como a gênese da racionalidade esclarecida, segundo o ponto de vista freudiano, segue a defesa contra a angústia e o medo, o que leva à dominação da natureza e alteridade como objetos a serem controlados. Tratar da gênese pulsional e mercantil da racionalidade constitui, a nosso ver, ponto imprescindível para a compreensão de *Dialética do esclarecimento*, bem como para um debate crítico sobre as possibilidades de uma racionalidade libertadora.

Palavras-chave: antropologia; psicanálise; sociologia; mercadoria; racionalidade; pulsão.

Abstract: The aim of this paper is to demonstrate one aspect of the “sociologization” of psychoanalysis made in *Dialectic of Enlightenment*. Our approach is the real abstraction present in the commodity exchange theorized by Sohn-Rethel considered here as the origin of the technical nature of human rationality. This explanation is supported by the parallel found between the economy of commodity and the Freudian instinctual economy, especially by the objectification of the human beings. Therefore, we will also demonstrate how the genesis of enlightened rationality, according to the Freudian point of view, follows the defense against anxiety and fear, which leads to the domination of nature and otherness as objects to be controlled. Dealing with instinctual and commercial genesis of rationality is, in our view, an essential point to understand the book *Dialectic of Enlightenment*, as well as to spring a critical debate on the possibilities of a liberating rationality.

Keywords: anthropology; psychoanalysis; sociology; commodity; rationality; instinct.

INTRODUÇÃO

É de amplo conhecimento que Marx é um dos pilares fundamentais que sustenta o edifício teórico da primeira geração do Instituto de Pesquisas Sociais. Sabe-se também que o interesse dos autores da “Escola de Frankfurt” pela economia política se concentra em áreas mais específicas – como “na herança marxista da ideologia, a alienação, a reificação, a dominação etc., em outras palavras, sobretudo o jovem Marx e o ângulo mais ‘existencial’ de sua teoria” (WIGGERSHAUS, 2002, p. 16). O foco de autores como Horkheimer e Adorno em temas sociais, políticos e culturais os levou a adotar conceitos socioeconômicos da teoria de Marx conforme uma perspectiva relacionada, como queremos defender, a Freud.

Neste contexto, são muitas as diferentes interpretações que procuram dar conta da relação que Horkheimer e Adorno forjaram entre a sociologia e a psicanálise em *Dialética do esclarecimento* (doravante DdA). Nas páginas que seguem, apresentaremos duas delas, as quais estão intrinsecamente relacionadas.



Seguindo o sentido eminentemente histórico da antropologia filosófica apresentada em DdA, demonstraremos como a abstração real na troca de mercadorias é considerada a origem da tecnicidade da racionalidade humana. Assim, estaremos levando em conta uma noção mais geral da teoria de Horkheimer e Adorno, para quem o âmbito individual é determinado pelo domínio social. Para tanto, iremos seguir a tese de Sohn-Rethel, eminente pensador da teoria de Marx. A nosso ver, tal aproximação é possível, dada a segunda teoria a ser demonstrada em nosso texto, a saber, a presença de uma economia psíquica calcada nas movimentações pulsionais na teoria freudiana. O ponto nodal de tal teoria pulsional mostra ser a transformação da alteridade em objeto passível de ser utilizado um anteparo para a satisfação de desejos, projeção de fantasias e medos. A objetificação do ser humano seria, portanto, o ponto em comum que sustentaria um paralelo entre a economia pulsional e a economia da mercadoria.

A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA FREUDIANA NA EXPLICAÇÃO DA RACIONALIDADE TÉCNICA

Dentre os muitos temas tratados em DdA, a obra guarda um espaço considerável na elaboração de uma crítica à racionalidade instrumental. Este posicionamento em relação à racionalidade humana aparece vinculado ao sujeito moderno que reduz a compreensão do mundo a objetos manipuláveis segundo um posicionamento determinado pelo que denominamos antropologia freudiana. Entendemos que os autores de Frankfurt tomaram de Freud a explanação metapsicológica do funcionamento psíquico baseado na movimentação de pulsões orientadas para a autoconservação. A nosso ver, a explicação da metapsicologia do ser humano explicitada na teoria freudiana foi transformada, por Horkheimer e Adorno, em um tipo de antropologia com finalidades filosóficas. Em tal âmbito, seria precisamente para fugir de uma condição inescapável de desamparo e sofrimento que a reação psicológica do ser humano levaria a uma relação intrínseca entre racionalidade e dominação. Considerada, com isso, uma racionalidade irracional, tal razão estaria ainda vinculando conhecimento e interesse na realização da satisfação pulsional.

Dentre as noções que compõem a constelação em que se baseia o desenvolvimento defensivo da racionalidade na obra – *Furcht* (medo), *Schreck* (terror), *Angst* (angústia), *Grauen* (horror), *Gefahr* (perigo), procura por *Sicherheit* (segurança), dominação do *Unbekanntes* (desconhecido), entre outros –, destacamos o conceito de angústia. Concepção importante delineada por frequentes redefinições ao longo da trajetória intelectual freudiana, a angústia designa, conforme lemos em “Inibição, sintoma e angústia”, uma resposta a momentos de perigo, sendo relacionada à formação de traumas. Como uma espécie de alerta para o retorno de experiências traumáticas semelhantes já vivenciadas, a angústia sinalizaria um perigo desconhecido:

A angústia possui um vínculo inequívoco com a *expectativa*; ela é angústia *diante* [*vor*] de algo. É-lhe inextrincável um caráter de *indeterminação* [*Unbestimmtheit*] e de *ausência de objetividade* [*Objektlosigkeit*]; e até o seu uso linguístico correto muda quando ela encontrou um objeto, substituindo-o por *medo* [*Furcht*] (FREUD, 2001b, p. 154²).

Segundo a teoria freudiana, quem se defende é o eu, instância autoconservadora cujo desenvolvimento tem por intuito a mediação entre o inconsciente e o meio externo. Isso quer dizer que o eu está vinculado tanto às movimentações das pulsões (*Triebe*) orientadas para a obtenção do prazer e fuga do desprazer quanto às imposições da realidade. Após sucessivas experiências de fracasso no alcance imediato de prazer, o eu foi criado para romper com as satisfações instantâneas das pulsões, tornando sua realização mais segura ao considerar também os dados da realidade externa.

É nesse contexto que podemos elucidar, de forma geral,³ o que entendemos por racionalidade seja para Freud, seja para Horkheimer e Adorno. Para Freud, a racionalidade é desenvolvida juntamente com a formação do eu. Tal instância egoica, além de usar do afeto de angústia como prevenção contra situações traumáticas e perigos, também se volta para as influências do ambiente externo, as quais precisa conhecer para se defender. O eu desenvolve a racionalidade que atua conforme as funções de consciência (*Bewußtsein*), atenção, reflexão, julgamento, comunicação por linguagem oral, elaboração conceitual, em suma, quaisquer abstrações que são necessárias para a sobrevivência do sujeito relativamente às determinações exteriores. Tais funções tendem a seguir uma orientação pulsional geral do desenvolvimento subjetivo, a saber, a substituição do princípio do prazer pelo princípio de realidade. Este último princípio tem como meta a satisfação segura, sem dano ou perigo. Para tanto, o eu influi no isso, sua própria origem, inibindo a realização imediata de seus desejos pelo adiamento da satisfação, modificação de meta ou repressão de pulsões conforme às condições impostas pelo mundo exterior, bem como em dependência da própria constituição subjetiva. A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, entretanto, não passa de uma modificação de meios e não de finalidade, já que a busca pelo prazer continua em vigor.

Uma das ações mais importantes da racionalidade, segundo Freud, seria a atuação de um exame de realidade, por meio do qual o eu manteria afastado do conjunto das percepções o que é considerado acréscimo de produções internas: “A questão [do exame de realidade] já não é se algo percebido (uma coisa) deve ou não ser acolhido no Eu, mas se algo que se acha no Eu como representação pode ser reencontrado também na percepção (realidade)” (FREUD, 2010a, p. 279). A necessidade do exame de realidade vem justamente porque, na obra freudiana, há uma articulação entre o psíquico e o pulsional, de modo que a função intelectual aparece vinculada à movimentação das pulsões, calculando utilidades para fins de proteção contra danos. É neste sentido de orientação pelo prazer que as atividades intelectuais próprias do conhecer e pensar estão relacionadas à organização da realidade interna e externa.

Portanto, para Freud, a percepção e, conseqüentemente, o conhecimento não são neutros em termos pulsionais, de modo que o desejo de segurança e a procura por satisfação aparecem como os motivos para o desenvolvimento racional. Afinal, em sua origem, o interesse pelo conhecimento do mundo externo está vinculado à satisfação pulsional que necessita de um objeto exterior – a ser conhecido e delimitado de forma segura – para ser alcançada. Desse modo, a descoberta de leis de ordenação do ambiente pode ser entendida como meio de defesa contra o desprazer interno provocado pelo perigo externo. Por isso, a racionalidade, como organização dotada de fins pulsionais, não pode deixar de ser influenciada pelos desejos e, por isso, ser falseada por nós⁴:

Sabemos que o primeiro passo em direção ao domínio intelectual do mundo circundante em que vivemos é achar universalidades, regras, leis, que ponham ordem no caos. Através deste trabalho simplificamos o mundo dos fenômenos, mas não podemos evitar falseá-lo também (FREUD, 2001a, p. 231).

Em DdA, tal compreensão da racionalidade é, em geral, no mesmo sentido em que vemos em Freud, ou seja, para os mesmos fins sobrevivência humana.⁵ Ou seja, tanto para o psicanalista quanto para Horkheimer e Adorno, uma crítica da razão aparece indissociável da análise dos procedimentos de socialização que vincula cognição e dominação externa por projeção egoica. No entanto, no caso dos autores de Frankfurt, a ênfase é dada no paralelo que os autores constroem entre a formação do sujeito moderno ao longo da civilização e a formação subjetiva calcada na racionalidade egoica, como se a história da civilização fosse revivida na formação de cada ser humano, que resumiria em seu desenvolvimento um tipo de proto-história em nível subjetivo. Por isso, a alusão frequente ao perigo constante de “dissolução” do eu e à tentação do retorno a fases civilizatórias ligadas à mimese. Em tal comparação, está evidenciado o impulso dos seres humanos a reviver fases (individuais ou sociais) anteriores em que ocorria a entrega subjetiva à

satisfação dos desejos pulsionais. Podemos ver como Horkheimer e Adorno fornecem uma base teórica à DdA, a partir do corpo pulsional freudiano em comparação com a constituição de uma racionalidade técnica ao longo do percurso da humanidade na civilização:

A humanidade teve que se submeter a terríveis provações [*Furchtbare*] até que se formasse o eu, o caráter idêntico, determinado e viril do homem, e toda infância ainda é de certa forma a repetição disso. O esforço para manter a coesão do ego [*Ich*] marca-o em todas as suas fases, e a tentação de perdê-lo jamais deixou de acompanhar a determinação cega de conservá-lo. (...) O medo [*Angst*] de perder o eu e o de suprimir com o eu o limite entre si mesmo e a outra vida, o temor [*Scheu*] da morte e da destruição, está irmanado a uma promessa de felicidade [*Glücksversprechen*], que ameaçava a cada instante a civilização (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 39).

Em DdA, a angústia e o medo diante daquilo que aparece como indeterminado é relacionada à ameaça de dissolução de si mesmo promovida por um ambiente desconhecido – ou não idêntico a si –, ligado a etapas já ultrapassadas da relação do ser humano com a natureza. Assim, da mesma forma que as pulsões – entendidas como natureza interna – devem ser submetidas ao eu como organizador da identidade subjetiva, a natureza externa também deve ser dominada para fins de autoconservação humana. Com isso, a noção freudiana de recalque (*Verdrängung*) é transformada e ampliada em DdA, de modo que o eu realiza uma dominação interna e externa generalizada.

Como exemplo de tal paralelo entre o caminho da constituição racional dos seres humanos ao longo da civilização e o processo de formação da racionalidade individual na obra, encontramos a figura de Ulisses, seu maior expoente. A formação do sujeito pela renúncia coordenada pela racionalidade ocorre através da astúcia (*List*) de Ulisses: o astucioso “jamais pode ter o todo; tem sempre de saber esperar, ter paciência, renunciar (*verzichten*)” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 55). Ora, é justamente essa astúcia que é descrita pela metapsicologia freudiana, especificamente na substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade.

Para os autores, a astúcia culmina em “um sacrifício do eu (*Selbst*), porque seu preço era a negação (*Verleugnung*) da natureza no homem, em vista da dominação sobre a natureza extra-humana e sobre os outros homens” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 53). Para fins de sua própria defesa, Ulisses faz o autossacrifício, isto é, nega uma parte de si mesmo para a consolidação do eu racional. Assim, ao opor-se ao mito, o eu paga o preço da fixidez de suas respostas pulsionais em nome da segurança, controlando a plasticidade da vida humana. Contudo, seguindo uma ideia geral descrita por Freud em *O mal-estar na civilização*, um passo a mais é dado por Horkheimer e Adorno. Ao afastar-se da não identidade, a astúcia da racionalidade se converte em seu oposto, produzindo uma racionalidade petrificada ou técnica, que perde a capacidade de reflexão real no encontro com o diverso. Em tal dialética entre o esclarecimento e o mito que culmina na autoalienação da razão, o sacrifício é visto, então, como uma sobrevivência da irracionalidade mítica no esclarecimento. Tal explicação é similar àquela fornecida por Freud, para quem o excesso de repressão do eu leva ao sofrimento e, conseqüentemente, à perda da própria finalidade do princípio de prazer e de realidade, a saber, a satisfação dos desejos de forma segura.

Contudo, tal antropologia freudiana desenvolvida em DdA pretende ir além da própria teoria de Freud. Ao mesmo tempo que Horkheimer e Adorno transformaram a teoria freudiana em uma das referências principais do Instituto de Pesquisas Sociais, eles também criticaram alguns pontos desta psicanálise. De um lado, eles denunciaram a clínica psicanalítica como prolongadora do *modus operandi* de dominação do social sobre o indivíduo. De outro, eles criticaram a construção “monadológica” do sujeito freudiano, que se apresentaria de forma estruturalmente fixa, dificultando uma modificação histórica e fazendo a teoria social freudiana derivar quase que integralmente da metapsicologia.

Por isso, posicionamo-nos contrariamente a uma leitura que encontra na explanação “antropológica” ou “psicanalítica” o fundamento da explicação da sociedade, cultura e economia como um todo. Ou seja, entendemos que, para Horkheimer e Adorno, a antropologia, que trata da constituição humana, não explicaria a sociologia, mas seria, contrariamente, resultado das formas de interação dos sujeitos na sociedade. Aliás, é justamente isso que lemos em uma das obras de Adorno dedicadas à sociologia:

O que se pretende é algo assim como a sociologização da psicanálise. Reclama-se de Freud que ele tenha considerado estruturas sociais e econômicas como simples efeito de impulsos psicológicos, que surgiriam eles mesmos de uma constituição pulsional do ser humano mais ou menos ahistórica (ADORNO, 2004, p. 19).

Assim, a antropologia freudiana aparece atrelada a condições históricas específicas, sendo fruto de uma gênese não só empírica, mas também social. Para evitarmos “psicologizar” a teoria social, ou, ainda, submeter as relações sociais, culturais e econômicas à análise exclusiva da metapsicologia psicanalítica, iremos remeter-nos a um dos possíveis entrelaçamentos das teorias de Marx e Freud. Nessa tentativa de “historicizar a psicanálise” (WHITEBOOK, 2004, p. 85), tentaremos seguir a tese segundo a qual o aparelho psíquico é formado no encontro com os elementos fornecidos pela cultura. Desse modo, os conteúdos e instâncias psíquicas encontram-se internamente articulados de acordo com os materiais socialmente disponíveis.

A ABSTRAÇÃO REAL COMO FONTE DO PENSAMENTO ESCLARECIDO: UM PERCURSO VIA SOHN-RETHEL

A relação entre Marx e Freud esboçada em DdA tem seus contornos definidos, entre outros, a partir do trabalho de Sohn-Rethel.⁶ Para este, “não existe somente analogia, mas uma real identidade entre os elementos formais da síntese social e os constituintes formais da cognição” (SOHN-RETHEL, 1978, p. 7). Tal identidade revelaria algo de suma importância para nós: o que permite a síntese cognitiva do diverso e, com isso, o conhecimento, é uma referência social. Isso implica dizer que a possibilidade de abstração não se daria exclusivamente no pensamento, mas viria, anteriormente, de uma ação histórica e de uma significação real. A expressão desse materialismo mostra como o aparato psíquico tem a sua origem em um tipo de *a priori* social. Sob tal ponto de vista, tanto a epistemologia ou modos de conhecimento e pensamento quanto a crítica da economia política de fundo marxista compartilhariam um mesmo fundamento formativo, a saber, a análise da mercadoria. Para tanto, analisemos inicialmente um aspecto primordial presente tanto na análise da forma da mercadoria quanto em sua troca.

Ao ser delimitada a separação entre valor de uso e valor de troca, é de comum conhecimento que este último não está vinculado ao uso das mercadorias: o valor de troca denomina uma abstração, pois se constitui de forma independente quanto ao conteúdo e utilidade da mercadoria. Como sabemos, o valor de troca é formulado segundo uma quantificação do “trabalho humano abstrato” que é incorporado à mercadoria, fator que permite a sua troca. Comentando como a quantificação abstrata leva à igualdade de diferentes, lemos em DdA:

A sociedade burguesa está dominada [*beherrscht*] pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 20).

Nesta relação de troca entre diferenças igualadas pelo mesmo, deparamo-nos com a abstração real, uma vez que o comércio ocorre em um determinado momento e espaço, na operação de compra e venda reali-



zada em um mercado, por exemplo. Contudo, a troca é operada por proprietários de mercadorias que não se conhecem, que se encontram mutuamente segregados na sociedade. Isso quer dizer que um indivíduo no mercado não depende de nenhuma expressão ou linguagem, ou seja, de nenhuma comunicação para realizar uma compra. Isso porque “nada em relação à essência de coisas precisa ser comunicado” (SOHN-RETHEL, 1978, p. 41). A troca mercantil pode ser resumida a apontamentos e gestos, além da indicação de preço e a realização do pagamento, podendo ser feita inclusive entre pessoas que não falam a mesma língua.

Considerando o solipsismo das pessoas, como é possível dizer que é a troca das mercadorias que faz a síntese social? Apesar de serem as ações dos indivíduos que possibilitam a troca e, portanto, a síntese social, não se pode dizer que os sujeitos se inter-relacionam. Paralelamente à já célebre afirmação de Marx, na qual “as pessoas não sabem o que fazem”, Sohn-Rethel nos lembra que as “ações [das pessoas] fazem isso de tal forma que, no momento em que isso acontece, os atores não sabem nada sobre isso” (SOHN-RETHEL, 1978, p. 44-5). Para ele, os objetos são os verdadeiros “sujeitos” da síntese social, pois quem se relaciona são as mercadorias, isto é, elas que se movimentam na sociedade por meio de trocas produzidas mediante equivalências abstratas. Assim, os seres humanos aparecem como meros meios para a movimentação das mercadorias.⁷ Por consequência, não só as mercadorias são igualadas, mas também o mesmo ocorre com os indivíduos como agentes da troca, pois esta ação social independe das características e especificidades de quem vende e compra produtos. Todas as pessoas se tornam iguais ao serem abstraídas as suas individualidades. Tal equivalência entre os seres humanos é abordada com certa frequência em DdA. Dentre as muitas passagens, lembramos a seguinte:

Não apenas são as qualidades dissolvidas [*aufgelöst*] no pensamento, mas os homens são forçados [*gezwungen*] à real conformidade. O preço dessa vantagem, que é a indiferença do mercado pela origem das pessoas que nele vêm trocar suas mercadorias, é pago por elas mesmas ao deixarem que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das mercadorias que se podem comprar no mercado [*Die Wohltat, daß der Markt nicht nach Geburt fragt, hat der Tauschende damit bezahlt, daß er seine von Geburt verliehenen Möglichkeiten von der Produktion der Waren, die man auf dem Marke kaufen kann, modellieren läßt*]. Os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança se tornar igual (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 24).

Contudo, como a abstração real mercantil torna-se a abstração intelectual do pensamento conceitual? O cerne da resposta que procuramos está na divisão do trabalho entre manual e intelectual. O trabalho humano que produz a mercadoria é o trabalho manual, diferente do trabalho do comerciante em uma feira que precisa calcular racionalmente as equivalências na troca mercantil. Uma vez que as igualdades foram estabelecidas na realidade, o intelecto finalmente as compreende. É nesse ponto que a afirmação de Sohn-Rethel mais importante para nós é formulada: a abstração real, como a fonte originária da abstração pela troca das mercadorias, já “contém os elementos formais essenciais para a faculdade cognitiva do pensamento conceitual” (SOHN-RETHEL, 1978, p. 28).

Com isso, opera-se a determinação do social sobre o psíquico na teoria de Sohn-Rethel. Afinal, é a troca das mercadorias (que resume o diverso ao uno) que cria a mentalidade esclarecida (que transforma o diverso na projeção da unidade egoica, convertendo o diferente em um equivalente ao eu). Tal relação de determinação da sociologia sobre a psicologia humana – entendida como antropologia filosófica – é admitida por Horkheimer e Adorno, para quem “a formalização da razão é a mera expressão intelectual do modo de produção maquinal” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 87). Ou seja, tanto para Sohn-Rethel quanto para os autores de Frankfurt, o sujeito do conhecimento encontra-se vivendo em uma sociedade cuja síntese social é feita por uma atividade comercial abstraída da realidade, irrefletida, massificada e industrial. E se o modo de funcionamento social determina o modo de funcionamento da



racionalidade humana, então a razão torna-se igualmente mecânica, irrefletida, meramente técnica. Com isso, entendemos como é “a patologia da razão que foi provocada pela troca generalizada de mercadorias” (HONNETH, 2006, p. 16).

Neste âmbito, vemos como, na dimensão social, a abstração realizada no momento da troca de mercadorias permanece oculta para as pessoas que a executam. Paralelamente, a racionalidade humana domina o diverso por reação e defesa contra sentimentos tornados inconscientes, porque recalçados. As ações humanas na esfera econômica ocorrem sem compreensão, isto é, de forma irracional; e se a economia determina a cognição do ser humano, uma racionalidade também irracional é desenvolvida. Configura-se, então, o modo como a troca das mercadorias mostra ser a mediação principal entre o campo social e a esfera psíquica, agindo segundo uma função de síntese social⁸ e síntese do conhecimento.

DA ECONOMIA DA MERCADORIA À ECONOMIA PSÍQUICA

Tal relação entre a teoria socioeconômica de Sohn-Rethel (baseada nos escritos de Marx) e da antropologia filosófica apresentada em DdA (baseada na obra freudiana) é possível precisamente porque há paralelos entre a economia da mercadoria antes apresentada e a economia pulsional. Primeiramente, digamos que, na psicanálise de Freud, a mediação entre o psiquismo individual e a realidade também ocorre por meio de objetos. Lembremos que, de acordo com a metapsicologia freudiana, a pulsão é definida, entre outros fatores, segundo seu objeto, quer dizer, “aquele com o qual ou pelo qual o instinto [*Trieb*] pode alcançar a sua meta” (FREUD, 2010d, p. 58). Em Freud, tal objeto seria figurado em geral por uma outra pessoa que se deseja. Sob tal ponto de vista, os sujeitos se relacionariam principalmente com a alteridade entendida como objeto pulsional ligado à realização de desejos ou projeção de conteúdos não tolerados em si mesmo. Como coloca Jessica Benjamin:

A perspectiva psicanalítica conhecida como “teoria das relações de objeto”, em que o desenvolvimento do eu é explicado através da interação com outros indivíduos, é particularmente apropriada para tal investigação. A perspectiva das relações de objeto vê a libido como direcionada para o outro, as pulsões [*drives*] libidinais como “procura por objeto” [*object-seeking*]. Ou seja, o motivo subjetivo de uma interação, mesmo sendo parcial, em que impulsos sexuais são postos em jogo, é a conexão com o objeto como outro ser subjetivo (BENJAMIN, 1977, p. 47).

Em outras palavras, para Freud, a alteridade como objeto não pode ser desvinculada do interesse pulsional, isto é, da saciação de desejos, da fuga do desprazer e da geração de prazer. Por isso, o outro como objeto exterior estaria vinculado à plasticidade das pulsões, de modo que o posicionamento social do indivíduo poderia se dar de formas variadas, como exemplo no par de conversão entre amor-ódio:

Quando o objeto se torna fonte de sensações prazerosas, produz-se uma tendência motora que busca aproximá-lo do Eu, incorporá-lo ao Eu; fala-se então da “atração” que o objeto dispensador de prazer exerce, e diz-se que se “ama” o objeto. Inversamente, quando o objeto é fonte de sensações desprazerosas, há uma tendência que se esforça por aumentar a distância entre ele e o Eu, repetir a original tentativa de fuga em face do mundo externo emissor de estímulos. Sentimos a “repulsão” do objeto e o odiamos; esse ódio pode então se exacerbar em propensão a agredir o objeto, em intenção de aniquilá-lo (FREUD, 2010d, p. 76).

É importante notar que qualidades negativas podem ser atribuídas a objetos quando estes não respondem positivamente às investidas dos desejos do indivíduo, de modo que o ódio, a violência, a destruição e a agressividade seriam desenvolvidos, segundo Freud, junto à problemática da alteridade. Com isso, evidenciamos como a alteridade concebida como objeto não é somente utilizada como meio para a obtenção



da satisfação, mas também como uma possibilidade de descarregar os impulsos agressivos do sujeito pulsional. O outro como objeto exterior acaba sendo utilizado, então, como uma propriedade manipulável.

Visto o exposto anteriormente, nosso intuito maior é mostrar como o indivíduo constrói o objeto externo por movimentação pulsional, relacionando-se com ele como que pelo manejo de um bem. Entretanto, é importante lembrarmos que o conflito e mesmo a tentativa de domínio e uso do outro como objeto são causados, em Freud, pela tentativa de defesa contra experiências desprazerosas. Afinal, o descobrimento do que habita na exterioridade de si é já uma adaptação para o ser humano necessária para a sua sobrevivência, mas que depende de uma defesa constante contra os perigos e danos que a realidade pode lhe trazer. Assim, esta atuação do ser humano relativamente ao objeto exterior se dá como tentativa de proteção contra o sofrimento. É estabelecida, com isso, uma ligação estreita entre a angústia e a relação com a alteridade como objeto.

Considerando tais pontos sobre a alteridade como objeto em Freud, são mais alguns fatores que levam à comparação entre a economia psíquica e a economia libidinal. Também para o sujeito freudiano, as outras pessoas consideradas objetos sofrem um tipo de “abstração real” por equivalência. Para tanto, retornemos à exposição sobre o objeto pulsional: “O objeto é (...) o que mais varia no instinto [*Trieb*], não estando originalmente ligado a ele, mas lhe sendo subordinado apenas devido à sua propriedade de tornar possível a satisfação” (FREUD, 2010d, p. 58). Dessa forma, se, por um lado, ao indivíduo é possível a utilização da alteridade tal qual um objeto de satisfação; e se, por outro, o objeto da pulsão não está presente desde a origem da pulsão (não havendo uma pulsão destinada a cada objeto exclusivamente); então, tal objeto pode ser substituído segundo o movimento próprio da plasticidade pulsional. Isso porque ocorreria uma substituição de tais objetos de forma linear conforme as fases da vida e ocasiões de interações sociais.⁹ Nestas substituições, as características únicas e individuais de cada uma das pessoas substituídas seriam consideradas apenas secundariamente ante as funções de anteparo para a projeção da agressividade e ocasião de satisfação de desejos. Com isso, na trajetória de vida humana o que são substituídas são as figuras objetais que pretendem dar conta das necessidades pulsionais que lhes são dirigidas.

Além disso, na exposição sobre o processo civilizatório exposto em *O mal-estar na civilização*, o sujeito não é delineado apenas como o consumidor de objetos de prazer que podem ser substituíveis. Em tal obra, Freud também trata do sacrifício subjetivo para a inserção dos indivíduos na sociedade civilizada. Assim, o sujeito freudiano precisa recalcar seus desejos e pulsões para se tornar um produtor apto a trabalhar e a interagir em comunidade.

Por isso, é facilmente compreensível o fato de termos encontrado um vocabulário eminentemente econômico na explicação metapsicológica freudiana. Sendo a economia psíquica uma área negligenciada pela pesquisa acadêmica de modo geral – dada a acusação de reducionismo biológico ligado à influência da neurologia –, lembremos, no entanto, que Freud tende a determinar as interações sociais a partir de uma quantificação ligada à tensão e descarga pulsionais. Ou seja, de acordo com “ganhos” e “perdas” que tendem à economia de energia, como uma forma utilitarista de cálculo de prazer e desprazer.

Nesse sentido, ressaltamos novamente a análise que Horkheimer e Adorno fazem de Ulisses como a figura que representa o processo de dominação esclarecida sobre as pulsões – como natureza interna – e a mitologia – considerada natureza externa. No episódio das sereias, o herói domina não somente as figuras míticas e os seus próprios desejos, mas também coordena a satisfação pulsional alheia, tornando seus servos verdadeiros modelos do protoproletariado:

Quem quiser vencer a provação não deve prestar ouvidos ao chamado sedutor do irrecuperável e só o conseguirá se conseguir não ouvi-lo. Disso a civilização sempre cuidou. Alertas e concentrados, os trabalhadores têm

que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado. A tendência que impele à distração [*Den Trieb, der zur Ablenkung drängt*], eles têm que se encarniçar em sublimá-la num esforço suplementar. É assim que se tornam práticos. A outra possibilidade é a escolhida pelo próprio Ulisses, o senhor de terras que faz os outros trabalharem para ele (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 39).

A renúncia pulsional aparece na obra como instrumentalizada pelo capitalismo, de modo que “o processo da autoconservação é assegurado pela divisão do trabalho”, fazendo com que o trabalho seja “mediatizado pelo princípio do eu na economia burguesa” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 36).

Portanto, a influência da equivalência e troca de mercadorias próprias do domínio social na esfera subjetiva é considerada em DdA sob diversos aspectos, todos eles pautados na teoria freudiana. A princípio, a abstração real da mercadoria não leva somente à abstração da racionalidade técnica em relação à não identidade. A mimese que a racionalidade faz de coisas petrificadas só é possível porque a própria antropologia humana faz a mimese da economia de mercado. Por isso, a movimentação pulsional é explicitada de forma econômica, segundo perdas e ganhos de prazer na relação com a alteridade. Isso também é percebido pela facilidade com que a civilização e o capitalismo monopolista, considerado por Horkheimer e Adorno, influem na repressão subjetiva, conformando os mais diversos indivíduos à igualdade do sacrifício de si. Por outro lado, em tal movimento de defesa e abstração, encontra-se a objetificação das relações humanas, isto é, a consideração da alteridade como propriedade, função de anteparo para a projeção de necessidades internas. Sob tal ponto de vista, a noção das mercadorias como os verdadeiros sujeitos da síntese social pauta a relação entre pessoas objetificadas. Realiza-se, então, a subjetificação de coisas e a objetificação de pessoas na esfera social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal comparação entre Ulisses, como exemplo maior da antropologia freudiana em DdA, e a economia em geral – especificamente o sistema econômico capitalista – é possível mediante algumas considerações. Precisamos lembrar que a relação entre sociedade e psique, ou abstração real e abstração intelectual, trazida por Sohn-Rethel, é colocada em operação através de uma noção dialética da história. A narração de DdA faz de Ulisses um protoburguês porque na Grécia antiga já existia a economia de troca – o que possibilitou o pensamento abstrato e o início do longo processo de esclarecimento da racionalidade –, mesmo que ainda não nos moldes capitalistas massificados e industriais. Dialeticamente, tal processo teria sofrido certa descontinuidade e continuidade histórica gradativas até que a racionalidade esclarecida tenha se encontrado vinculada ao capitalismo. Tal delimitação ousada do percurso narrativo na obra faz a pré-história da modernidade avançar para a Grécia antiga, realizando-se plenamente no capitalismo tardio. A dialética envolvida aqui faz com que a trajetória dos acontecimentos descritos se desenvolva como negação e conservação consecutivas em que um novo momento de realização histórica encontra traços de si, mesmo que secundários, na antiguidade. Como se desenvolvimentos posteriores já estivessem contidos, em germe, desde fases anteriores. Por isso, Horkheimer e Adorno mostram historicamente as diferentes fases de desenvolvimento do comércio vinculadas à racionalidade esclarecida: “O burguês nas figuras sucessivas do senhor de escravos, do empresário livre e do administrador, é o sujeito lógico do esclarecimento” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 72).¹⁰

O bloqueio da racionalidade descrita em DdA, que leva à rigidez de interações e experiências, causa ainda uma incapacidade de questionamento das relações e visões de mundo subjetivas. Tal modo de operação da racionalidade esclarecida leva, então, ao desdobramento de relações sociais tais que o outro seria um mero anteparo para a “expansão” do eu. Portanto, a partir da alteridade coisificada e usufruída como propriedade, substituível segundo os desejos subjetivos, podemos dizer que “a indiferença pelo indivíduo



que se exprime na lógica não é senão uma conclusão tirada do processo econômico” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 167), seja tal economia política ou pulsional.

Tal questionamento leva a um problema mais geral de âmbito filosófico considerado incessantemente por Horkheimer e Adorno e também por Freud, a saber, a problemática epistemológica da relação entre a percepção e a realidade. Se a esfera de mercadorias determina a esfera do pensar, e este pensamento projeta conteúdos propriamente subjetivos na realidade externa, então a teoria descrita pelos autores de Frankfurt mostra como o ser humano confunde pensar com reduzir diferenças ao mesmo, afastando o não idêntico. Nesse sentido, o social que influi na formação subjetiva é, por outro lado, percebido e vivido de forma peculiarmente individual. Ocorre, com isso, a nosso ver, um problema do conflito de julgamento entre o que é real e o que é da ordem da fantasia, projeção, feitiço projetados na realidade. Desenvolvimento interessante e que se mostra profícuo, mas que guardaremos para outra ocasião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. (2004) Escritos Sociológicos I. In: Id. *Obra Completa* 8. Madrid: Ediciones Akal.

_____; SOHN-RETHEL, A. (1991) *Briefwechsel 1936-1969*. München: Edition Text + Kritik.

BALIBAR, E. (2011) *Citoyen Sujet et autres essais d'anthropologie philosophique*. Paris: PUF.

BENJAMIN, J. (1977) The end of internalization: Adorno's social psychology. *Telos*, n. 32, p. 42-64, Summer.

COSTA, V. H. F. (2015) Estranho, alienação e inquietante em *Dialética do esclarecimento*: uma antropologia entre Freud e Marx. Belo Horizonte, *Sapere Aude*, v. 6, n. 11, p. 149-165, 2º sem.

DAVID-MÉNARD, M. Les pulsions caractérisées par leurs destins: Freud s'éloigne-t-il du concept philosophique de Trieb? [On-line]. *Revue germanique internationale*. Disponibilidade: <http://rgi.revues.org/924>. Acesso em: 28 de setembro de 2012.

DE BROSSES, C. (1988) *Du culte des dieux fetiches ou Parallèle de l'ancienne religion de l'Égypte avec La religion actuelle de Nigretie*. Paris: Fayard.

FLIEG, M. (1999) Metapsicologia do sujeito moderno. Porto Alegre, *Psicol. Reflex. Crit.*, vol. 12, n. 3.

FREUD, S. (2001a) Análisis terminable e interminable. In: Id. *Obras completas*, Volumen 23. Argentina: Amorrortu editores.

_____. (2010a) A negação. In: Id. *Obras completas* vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2011) *Esquisse d'une psychologie*. Toulouse: Éditions Érès.

_____. (2001b) Inhibición, síntoma y angustia. In: Id. *Obras completas*, Volumen 20. Argentina: Amorrortu editores.



_____ (2010b) Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise: 31ª A dissecação da Personalidade Psíquica. In: Id. *Obras completas*, vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras

_____ (2010c) O inquietante. In: Id. *Obras completas*, vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2010d) Os instintos e seus destinos. In: Id. *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2010e) Um distúrbio de memória da acrópole In: Id. *Obras completas* vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras.

HABERMAS, J. (1985) *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

HONNETH, A. (2006) O capitalismo como forma de vida fracassada: esboço sobre a teoria da sociedade em Adorno. Paraíba, *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, n. 24, p. 09-26, abril.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. (1988) *Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente*. Frankfurt am Main: Fischer.

_____ (1985) *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

JAMESON, F. (1997) *O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Editora Boitempo/Unesp.

JARVIS, S. (1998) *Adorno: a critical introduction*. New York: Routledge.

JAY, M. (2008) *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto.

KULICK, D. (2006) Theory in Furs: Masochist Anthropology. *Current Anthropology*. Chicago, vol. 47, n. 6, p. 933-52, dezembro.

MARX, K. (1844) *Manuscritos econômico filosóficos*: Primeiro manuscrito [On-line]. Biblioteca Arquivo Marxista da Internet. Disponibilidade: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

_____ (1996) *O capital*: Vol. I, Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural.

SILVA JR, N.; DOUCET, C.; GASPARD, J.-L.; CARVALHO, S. M, GOMES, L. G. N. (2009) A narrativa do destino e a função identitária do corpo na modernidade. *A peste*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 127-141, jan./jun.

SOHN-RETHEL, A. (1978) *Intellectual and manual labour: A critique of epistemology*. New Jersey: Humanities Press Inc.

WHITEBOOK, J. (2004) The marriage of Marx and Freud: Critical Theory and Psychoanalysis. In: RUSH, F. L. (ed.). *The Cambridge Companion to Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.



WIGGERHAUS, R. (2002) *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL.

ZIZEK, S. Quando a sexualidade se torna sinistra (creepy) [On-line]. *Lacuna – Revista de psicanálise*. Disponibilidade: <https://revistalacuna.com/2015/09/29/quando-a-sexualidade-se-torna-sinistra/>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

NOTAS

1. Estudante de Doutorado pelo Departamento de Filosofia – USP, bolsista Cnpq. E-mail: virginiahelena.costa@gmail.com.

2. Todas as citações cujas edições são em língua estrangeira ao português são de nossa tradução.

3. Uma abordagem aprofundada sobre o tema da racionalidade em Freud e em DdA demandaria um esforço de análise mais pormenorizado e específico, o que não podemos fazer no espaço do presente artigo.

4. Contudo, isso não quer dizer que a racionalidade humana seja inválida enquanto pensamento e reflexão. Não é com pouca frequência, por exemplo, que Freud trata das sublimações das pulsões, isto é, transformações de destinos sexuais em contribuições culturais e intelectuais próprias da vida adulta, ligadas a conhecimentos dos mais diversos âmbitos.

5. É conhecida a leitura de Habermas, para quem a única possibilidade ou horizonte racional presente em DdA é somente a racionalidade técnico-instrumental, o que levaria a uma aporia na obra de Horkheimer e Adorno. Contudo, não é essa a nossa leitura. Para nós, a razão instrumental parece ser somente o resultado de uma gênese específica de um tipo de antropologia humana. No entanto, a noção de antropologia filosófica de DdA é sociologicamente influenciável, sendo, portanto, possível ser historicamente modificável. Afinal, no fim do livro, os “Esboços e Notas” tratam de uma outra antropologia diferente daquela descrita ao longo da obra, qual seja, de uma antropologia dialética. Tal antropologia dialética não parece seguir da antropologia de base freudiana definida ao longo de DdA, havendo, então, a possibilidade de um outro tipo de racionalidade.

6. Sua influência foi tamanha nos autores da primeira fase do Instituto de Pesquisas Sociais, que lemos o seguinte em uma carta de Adorno a Sohn-Rethel de 17 de novembro de 1936: “Eu não acho que eu estaria exagerando se eu dissesse a você que a sua carta me trouxe a mais forte convulsão espiritual que eu experimentei em filosofia desde o meu primeiro encontro com a obra de Benjamin – e isso foi em 1923! Essa convulsão registrou a enormidade e o poder de sua concepção, mas também registrou a profundidade de uma concordância, que foi incomparavelmente muito mais longe do que você poderia suspeitar, ou de fato eu mesmo suspeitava. (...) Eu farei tudo o que eu puder pelo seu trabalho no Instituto!” (ADORNO; SOHN-RETHEL, 1991, p. 32). Por mais que Horkheimer tenha expressado posterior discordância com as opiniões de Adorno em relação a Sohn-Rethel, as ideias deste último não deixaram de influenciar a escrita de DdA.

7. Em tal “relação entre estranhos (‘ein Verhältnis wechselseitiger Fremdheit’) (...) tudo o que importa é que, finalmente, dois lotes de mercadorias realmente troquem de mãos. Na troca, a ação é social, a mente é privada. O resultado é uma mudança no status social das mercadorias como propriedades possuídas [as owned property]” (SOHN-RETHEL, 1978, p. 42-3).

8. Antes do desenvolvimento de tais concepções, e influenciados pela psicanálise freudiana, muitos autores do Instituto entendiam que tal papel de mediação entre o social e o psíquico era realizado pela família: “O senhor talvez se lembre de que, há alguns meses, eu lhe escrevi, dizendo que pensava que a categoria da mediação decisiva entre a sociedade e a psicologia não era a família, mas o caráter mercantil... Como eu ignorava que Benjamin estava en-



veredando pela mesma direção, esse projeto é, para mim, uma grande confirmação” (ADORNO apud WIGGER-SHAUS, 2002, p. 222-3).

9. Contudo, em tais equivalências de objeto, a substituição das pessoas não é feita sem uma certa lógica e linearidade. Nesse sentido, é a noção de imago que permite a referência de desejos a determinados objetos que são associados entre si por algum traço específico, traço este que exerce a função de prolongar os laços sexuais dos primórdios da infância em direção à vida adulta. Freud define as imagos como as primeiras relações objetais que exercem a função de modelo do objeto pulsional para toda a vida do indivíduo.

10. O tom geral de nossa argumentação nesse momento segue uma intuição de Jameson: “O atrevimento mesmo do enquadramento temporal da *Dialética do esclarecimento* (que descreve Ulisses como o primeiro “burguês”) sugere que uma dinâmica cultural “capitalista” não deve ser construída estreitamente dentro do (ainda menor) tempo de vida do capitalismo industrial; e também, por outro lado, que esse “modernismo” predominantemente característico do segundo estágio, ou estágio “imperialista” do capitalismo europeu triunfante no final do século XIX, pode ser visto como algo semelhante à “verdade interna” das primeiras culturas, mais lentas, aparentemente mais representacionais” (JAMESON, 1997, p. 214).